

GOIASPREV INVEST



A Revista de Investimentos do
Regime Próprio de Previdência Social
do **Estado de Goiás**



Relatório de Investimentos

**JUNHO
DE 2026**



Ano 2026



Edição 006

COMENTÁRIO DA GESTÃO

O mês de junho de 2026 foi marcado pelo arrefecimento da inflação e pela continuidade do processo de flexibilização monetária no Brasil. O IPCA registrou alta de apenas 0,16% no mês, reduzindo a inflação acumulada em 12 meses para 4,64%, enquanto a diminuição da difusão inflacionária sinalizou menor disseminação dos reajustes de preços na economia. Ao mesmo tempo, a redução da taxa SELIC para 14,25% ao ano reforçou a expectativa de continuidade do ciclo de queda dos juros, ainda que em ritmo gradual e condicionado às incertezas do cenário econômico e geopolítico.

Nesse contexto, a GOIASPREV manteve sua estratégia de investimentos alinhada à Política de Investimentos de 2026 e aos estudos de Asset Liability Management (ALM), priorizando a alocação em ativos livres de risco, especialmente Títulos Públicos Federais e fundos lastreados nesses ativos, fortalecendo o processo de imunização do passivo previdenciário e a sustentabilidade financeira de longo prazo dos regimes administrados.

A continuidade do movimento de queda dos juros também favoreceu os ativos indexados à inflação e de maior duration, contribuindo positivamente para o desempenho da Subcarteira de Imunização e reforçando a estratégia de captura de taxas reais contratadas superiores à meta atuarial. A recente participação da GOIASPREV em leilões do Tesouro Nacional e a ampliação gradual da exposição a NTN-B estão alinhadas a essa estratégia de longo prazo, permitindo o travamento de taxas reais atrativas e maior aderência entre ativos e passivos previdenciários.

Paralelamente, a Subcarteira de Liquidez e Estabilidade manteve seu papel na gestão do fluxo de caixa e na mitigação da volatilidade, especialmente nos fundos financeiros do RPPS/GO e do SPSM/GO. Já a Subcarteira de Riscos continuou em patamar reduzido e compatível com a capacidade de risco do regime, refletindo a postura prudencial adotada pela GOIASPREV diante das incertezas do cenário econômico.

Os resultados observados no primeiro semestre reforçam a importância da estratégia de segregação da carteira em subcarteiras com objetivos distintos e complementares, permitindo equilibrar segurança, liquidez e rentabilidade de forma aderente às características e necessidades de cada fundo administrado. Dessa forma, a gestão dos investimentos segue pautada pela compatibilização entre ativos e passivos, pela diversificação das fontes de retorno e pelo compromisso permanente com a sustentabilidade financeira e atuarial dos regimes administrados e com a segurança do pagamento dos benefícios aos servidores e militares do Estado de Goiás. A presente edição do Relatório de Investimentos também conta, na coluna Espaço Aberto, com a contribuição do Presidente do Conselho Fiscal da GOIASPREV, Geovanni Maciel Gonçalves, que apresenta reflexões sobre o papel estratégico do Conselho Fiscal na governança previdenciária. Sua participação reforça a importância da atuação integrada entre gestão, fiscalização e controle, elementos essenciais para a transparência, a segurança dos investimentos e a sustentabilidade dos regimes administrados pela Autarquia.



Leonardo Lúcio Barbosa Ferreira
Diretor de Gestão de Ativos e Passivos



Antonio Francisco Craveiro Portela
Gerente de Investimentos

SUMÁRIO

4	Cenário Econômico-Financeiro
4	Boletim GINV
5	Boletim FOCUS
6	Conjuntura
8	Perspectiva
10	Análise da Inflação
13	Espaço Aberto
14	Enquadramento
16	Desempenho
23	Rentabilidades
26	Análise das Instituições Financeiras
26	Acompanhamento de Dealers
29	Acompanhamento dos riscos
33	Sustentabilidade ESG
34	Controle das Atividades



CENÁRIO ECONÔMICO

**TABELA 1 - BOLETIM GINV
JUNHO/2026**

Indicador	2026	2027	2028	2029	2030	2031
Crescimento do PIB	2,20%	2,14%	1,94%	1,91%	1,88%	1,83%
Desemprego	5,88%	6,00%	6,06%	6,10%	6,14%	6,17%
Inflação	5,24%	5,09%	4,54%	4,30%	4,07%	3,82%
Dólar	R\$ 5,25	R\$ 5,38	R\$ 5,51	R\$ 5,65	R\$ 5,78	R\$ 5,91
SELIC (fechamento)	13,17% a.a	12,63% a.a	11,81% a.a	11,43% a.a	10,75% a.a	10,17% a.a
SELIC (média)	13,93% a.a	12,83% a.a	12,18% a.a	11,58% a.a	10,96% a.a	10,37% a.a
SELIC REAL (fechamento)	7,54% a.a	7,17% a.a	6,95% a.a	6,84% a.a	6,42% a.a	6,12% a.a
SELIC REAL (média)	8,26% a.a	7,37% a.a	7,31% a.a	6,98% a.a	6,62% a.a	6,31% a.a
META ATUARIAL (Inflação + 5,65%)	11,19%	11,03%	10,45%	10,19%	9,95%	9,69%

TABELA 2 - FOCUS 30/06/2026

Indicador	2026	2027	2028	2029
Crescimento do PIB	1,99%	1,65%	2,00%	2,00%
Desemprego	-	-	-	-
Inflação	5,16%	4,20%	3,70%	3,50%
Dólar	5,20%	5,28%	5,34%	5,40%
META SELIC (fechamento)	14,00%	12,00%	10,50%	10,00%
SELIC (média)	-	-	-	-
SELIC REAL (fechamento)	8,41%	7,49%	6,56%	6,28%
SELIC REAL (média)	-	-	-	-
META ATUARIAL (Inflação + 5,65%)	11,10%	10,09%	9,56%	9,35%

CONJUNTURA

A inflação de junho, medida pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) foi de 0,16%,¹ substituindo maio de 2026 (0,58%) como fechamento mensal mais baixo desde o início da Guerra de EUA e Israel contra o Irã (28/02/2026), desde 2023 (quando o índice aferiu deflação de 0,08%) não se tem uma inflação tão baixa para o mês de junho. No entanto, a inflação acumulada até junho de 2026 está em 3,36%, desde junho de 2022, quando a Guerra Russo-Ucraniana ainda era uma catástrofe recente, não se tem um acumulado do ano até junho tão grande, neste ano o valor chegou a 5,49%.² A inflação de junho indica que a Guerra de EUA e Israel contra Irã, Líbano e Hezbollah indica que os principais eventos da guerra e seus possíveis desdobramentos já foram acomodados pelo sistema de preços. Além da acomodação dos preços, a deflação do grupo Alimentação e bebidas (-0,24%) e a desaceleração da inflação do grupo de preços da Habitação (de 1,22% para 0,63%) contribuíram fortemente para o arrefecimento da inflação neste mês³. A inflação acumulada do 1º semestre de 2026 se deve em grande medida às perturbações do mencionado conflito, tendo sido este capaz de provocar fortes agravos no sistema de preços do Brasil. A inflação acumulada de 12 meses registrou uma tênue queda (de 4,72% para 4,64%) em relação ao mês anterior, ainda acima da meta definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) de 3% $\pm$ 1,5 p.p.⁴ O mês de junho foi marcado pela redução da difusão da inflação, voltando para níveis saudáveis. Em maio índice estava em 64,99, em junho o valor aferido é de 53,58. O acumulado de 12 meses do núcleo de inflação em junho, medido índice IPCA EX-1 (que exclui alguns índices altamente voláteis da cesta do IPCA, como alguns alimentos, e combustíveis domésticos e veiculares) foi de 4,60% assinalando continuidade da tendência de convergência entre o núcleo e a inflação, observada desde fevereiro de 2026.⁵

Essa convergência pode assinalar que os bens mais suscetíveis a impactos no preço estão tendo seus movimentos de preço em balanço similar aos demais, não sendo atingidos em suas particularidades que tornam o preço sugestível.

Após uma trajetória de queda iniciada no final de 2025, o dólar voltou a se valorizar entre o fim de abril e o início de maio. Entre o fechamento de dezembro e o de abril, o dólar recuou 9,55%, equivalente a uma taxa média de 2,48% ao mês. Maio e junho foram meses de inversão de tendência, em que maio registrou alta de 1,66% e 2,49%.⁶ Essa inflexão decorre do arrefecimento do fluxo de capital estrangeiro para a bolsa doméstica e da estabilização do status quo do conflito no Oriente Médio, fatores que reduziram a pressão sobre o petrodólar e, consequentemente, atenuaram um importante vetor de enfraquecimento da moeda norte-americana. Soma-se a isso a perspectiva de manutenção da taxa básica de juros nos Estados Unidos, concomitante à redução da taxa básica brasileira, configurando um fator adicional de valorização do dólar.

O índice DXY, que mede a força do dólar frente às principais moedas, entrou em trajetória de alta após o fechamento de abril, registrando avanços de 0,87% em maio e 2,31% em junho.⁷ Isso indica que a valorização do dólar frente ao real não decorreu apenas de fatores externos — como fluxo de capitais, conflitos e diferencial de juros —, mas também do fortalecimento da economia norte-americana. O PIB dos EUA voltou a crescer após um trimestre de estagnação, registrando 2,1% a.a. no 1º trimestre de 2026, sugerindo aumento da produtividade e afastando, ao menos momentaneamente, a hipótese de ingresso em uma crise, o que reforçou a confiança na moeda.⁸ Além disso, a taxa de desemprego caiu de 4,5% em novembro de 2025 para 4,2% em junho de 2026, indicando fortalecimento da atividade econômica.⁹

Embora a redução do desemprego costume estar associada à inflação, essa relação decorre dos retornos marginais decrescentes; quando o emprego cresce acompanhado de aumento da produção por trabalhador, a produtividade se eleva, permitindo maior expansão dos agregados monetários sem pressionar os preços. A combinação entre queda sustentada do desemprego e elevação da produtividade sugere esse cenário, embora ainda seja prematuro descartar que as oscilações recentes do crescimento representem o início de uma crise, especialmente diante da deflação de 0,35% registrada em junho de 2026.¹⁰

Após encerrar o primeiro trimestre de 2026 com taxa de desemprego de 6,1% — 1 p.p. acima da mínima histórica, registrada no último trimestre de 2025 —, o indicador voltou a recuar de forma contínua, atingindo 5,8% no trimestre móvel fevereiro-março-abril e 5,6% em março-abril-maio. A reduzida magnitude dessa queda sugere, por ora, apenas a continuidade do nível de atividade observado no trimestre móvel anterior. Contudo, caso reduções dessa ordem persistam nos próximos meses, a Lei de Okun indicaria que as expectativas de mercado para o crescimento do PIB — atualmente inferiores a 2% para 2026 e 2027 — podem estar excessivamente pessimistas.¹¹

¹IBGE: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/47534-jpca-fica-em-0-16-em-junho>

²IBGE: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplio.html?=&t=series-historicas>

³IBGE: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/47534-jpca-fica-em-0-16-em-junho>

⁴BANCO CENTRAL: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/metainflacao>

⁵BANCO CENTRAL: <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/consultarvalores/consultarValoresSeries.do?method=getPagina>

⁶INVESTING: <https://br.investing.com/currencies/usd-brl-historical-data>

⁷INVESTING: <https://br.investing.com/indices/usdollar-historical-data>

⁸BUREAU OF ECONOMIC ANALYSIS: <https://www.bea.gov/data/gdp/gross-domestic-product>

⁹FEDERAL RESERVE BANK: <https://fred.stlouisfed.org/series/UNRATE>

¹⁰BUREAU OF LABOR STATISTICS: https://data.bls.gov/timeseries/CUUR0000SA0?years_option=all_years

¹¹BANCO CENTRAL: <https://www.bcb.gov.br/content/focus/focus/R20260710.pdf>

PERSPECTIVA

O mês de junho aparece com um aceno ao arrefecimento da inflação, contribui para isso o Memorando de Entendimento assinado por EUA e Irã, que embora não resolva a guerra arrefece as tensões e a acomodação do choque do aludido conflito e a acomodação deste. No entanto, simultânea a tal acomodação se inicia o El-Niño, que poderá causar impacto significativo na oferta de muitos bens e serviços, especialmente da matriz agropecuária, significando que o arrefecimento inflacionário de junho não deve ser tomado com otimismo.

O el niño é um fenômeno climático cíclico que causa: intensificação e prolongamento secas e aumento de temperaturas nas latitudes equatoriais (Norte e Nordeste e partes do Centro-Oeste, a nível de Brasil); irregularidades no ciclo pluvial, elevação da temperatura e intensas ondas de calor nas latitudes tropicais (maior parte do Sudeste e Centro-Oeste); intensificação e prolongamento do ciclo pluvial nas latitudes subtropicais (Sul e partes do Sudeste e Centro-Oeste). Todas essas perturbações tendem a prejudicar as principais culturas do país, restringindo a oferta, pressionando os preços para cima e a produção para baixo (os preços agropecuários tendem a ser mais sugestionáveis que a produção, sendo a pressão altista sobre eles mais provável de se efetivar) Cabe salientar que o dinamismo recente da economia brasileira se deve muito à recente boa performance da matriz agropecuária, sendo o el niño uma ameaça à manutenção do crescimento brasileiro. O el niño motivou a revisão das técnicas projeção de inflação. A GINV projeta uma junção desses dois choques inflacionários (choque do conflito no Oriente Médio sobre o petróleo e do el niño sobre a agropecuária), elevando as expectativas de inflação ao longo de todo o período estimado (fechamento do ano atual mais 5 anos). Ao longo do período, até o fim de 2028 a inflação acumulada de 12m deve oscilar em torno do teto da meta do COPOM, podendo estar prioritariamente acima. Projeta-se para 2026 e 2027, 5,24% e 5,09% de inflação,

respectivamente, em maio as projeções da gerência era de 4,90% e 4,15%. A convergência de longo prazo com a meta, ainda que mais lenta e partindo de uma diferença maior, permanece.

O mercado, aparentemente, não apresentou ainda um grande volume de revisão de expectativas concernentes ao el niño. O boletim Focus, vem trazendo desde a Guerra do Irã contra EUA e Israel graduais elevações da expectativa da inflação, especialmente para o ano de 2026. O último Boletim Focus (10/07/2026) projeta uma inflação de 2026 em 5,16%, valor muito próximo do estimado pela GINV, porém o mercado é bem mais otimista quanto à recuperação do choque inflacionário do ano, em 2027 a expectativa já é de 4,20%, já entrando na banda da meta.¹²

O choque inflacionário causado pelo el niño, não deve sofrer intensa ação combativa da política monetária, uma vez que é um choque exógeno à economia. Tal tipo de choque inflacionário é pouco responsivo à política monetária, uma vez que são bens altamente necessários e componentes do custo do insumo universal – trabalho. De tal modo, combater tal inflação com elevação da taxa básica mais puniria a produção que combateria a inflação de fato. Na Ata da 279ª Reunião do COPOM, publicada em 23/06/2026, o Item 21 admoesta o mercado a não esperar que a política monetária reaja a choques de oferta, especialmente quando estes possuem consequências e extensão futura incerta, como é o caso tanto do conflito no Oriente Médio quanto do el niño, ambos explicitamente citados.

21. O Comitê debateu que esse conjunto de resultados deve ser ponderado à luz das melhores práticas de política monetária, recomendando não reagir integralmente a variações de preços decorrentes de choques de oferta, que no momento atual incluem incertezas relevantes. Tais incertezas envolvem não só a extensão dos efeitos de choques já materializados, como por exemplo das consequências do conflito armado no Oriente Médio, quanto da extensão de outros considerados na projeção, mas ainda não materializados, como por exemplo os impactos do El niño. Ata da 279ª Reunião do COPOM.

As técnicas de projeção da taxa básica de juros sofreram alterações, dada a natureza exógena do choque e dada tal sinalização do COPOM. Tais mudanças tiveram como consequência um tênue rebaixamento das taxas de juros esperadas, isto é, aumento dos cortes iniciais esperados em 2026. No entanto, se a natureza do choque de inflação não impede tais cortes por ser a eles pouco responsivo, por outro, tal choque torna o sistema de preços, como um todo mais inflacionário, devendo os cortes de juros nos anos seguintes se darem de modo mais gradual se davam nas projeções de maio. Sumariamente – espera-se cortes iniciais maiores que antes, mas menor intensidade nos cortes posteriores. A taxa básica de juros para o fechamento de 2026 está estimada em 13,17% (contra 13,98% das projeções de maio), de tal modo a meta SELIC neste ano deve se situar entre 12,75% e 13,75%, sendo a taxa SELIC de 13,17% congruente com uma meta de 13,25%.

As expectativas de uma queda de juros mais tênue a partir de 2027, aumentando, portanto, o diferencial de juros esperado, junto ao falhanço dos EUA em derrubar a liderança hostil ao petrodólar no Irã, o recente aumento da dívida do país norte-americano e menor demanda global do dólar como ativo de segurança, contribuem para uma mínima revisão baixista nas expectativas da cotação do dólar.

A taxa de desemprego, ao voltar a recuar em direção à mínima histórica após atingir 6,1%, e o crescimento do PIB de 1,1% no primeiro trimestre de 2026 — 1,8% acima do mesmo período de 2025 — sugerem que a economia brasileira permanece dinâmica. A expansão foi relativamente disseminada entre os grandes setores produtivos, com crescimento trimestral de 2,0% na agropecuária, 1,0% na indústria e 0,5% nos serviços. Pela ótica da demanda, o avanço de 1,0% do consumo das famílias e de 3,5% da formação bruta de capital fixo reforça a percepção de que a atividade não foi sustentada por um único componente. Entretanto, os indicadores mais recentes sugerem perda de dinamismo na margem: a produção industrial recuou 0,2% em maio ante abril, enquanto a atividade de serviços caiu 0,4% no mesmo período. Assim, embora a economia permaneça em expansão, a desaceleração dos indicadores mensais recomenda cautela quanto à extrapolação do forte resultado do primeiro trimestre para os trimestres seguintes.¹³

¹²BANCO CENTRAL:

<https://www.bcb.gov.br/content/focus/focus/R20260710.pdf>

¹³IBGE:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/industria/9300-contas-nacionais-trimestrais.html>



ANÁLISE DA INFLAÇÃO

GRÁFICO 1 - COMPORTAMENTO DA INFLAÇÃO NOS ÚLTIMOS 12 MESES



O Gráfico 1 evidencia a trajetória da inflação acumulada em 12 meses entre julho de 2025 e junho de 2026, em comparação com os limites da banda de tolerância da meta de inflação. Observa-se que, no início do período analisado, a inflação permaneceu acima do limite superior da banda, registrando 5,23% em julho de 2025, reduzindo-se para 5,13% em agosto e apresentando leve elevação para 5,17% em setembro. Em seguida, verificou-se desaceleração mais acentuada, com o índice recuando para 4,68% em outubro, ainda acima do teto da meta.

A partir de novembro de 2025, quando a inflação atingiu 4,46%, o indicador passou a situar-se dentro da banda de tolerância da meta de inflação. Esse movimento representou um avanço no processo de convergência inflacionária, refletindo os efeitos da política monetária sobre a dinâmica dos preços.

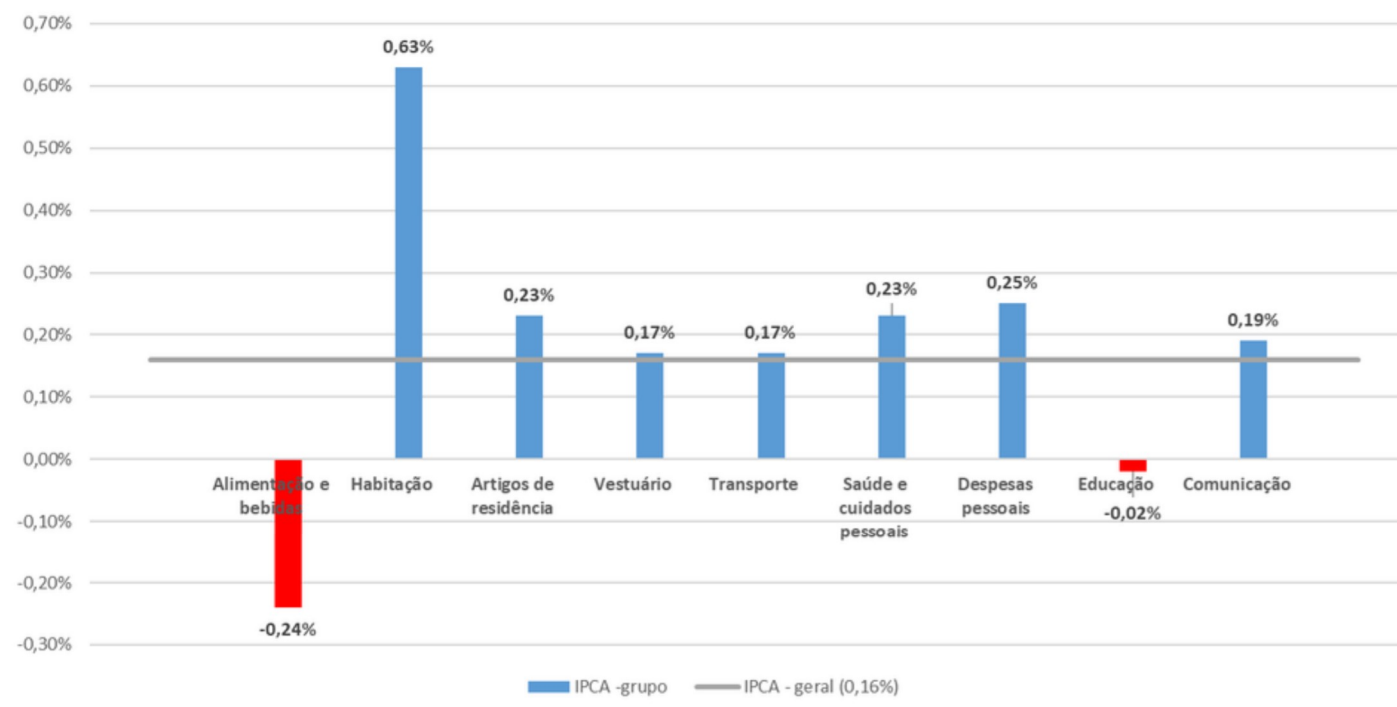
Nos meses seguintes, a inflação permaneceu dentro do intervalo de tolerância, apresentando oscilações moderadas. Em dezembro de 2025, o índice recuou para 4,26%, voltou a subir para

4,44% em janeiro de 2026 e atingiu o menor nível da série em fevereiro, quando registrou 3,81%. Posteriormente, observou-se uma trajetória gradual de elevação, alcançando 4,14% em março e 4,39% em abril, permanecendo, contudo, dentro da banda estabelecida.

Entretanto, em maio de 2026, a inflação acumulada voltou a ultrapassar o limite superior da banda, alcançando 4,72%, sinalizando a retomada das pressões inflacionárias. Já em junho de 2026, o índice apresentou leve recuo para 4,64%, permanecendo, ainda assim, acima do teto da meta de inflação.

Dessa forma, o gráfico demonstra que, após um período de desaceleração e enquadramento da inflação dentro dos limites estabelecidos pela meta, houve uma reversão parcial desse movimento nos dois últimos meses da série analisada. Embora tenha sido observada uma redução em junho em relação ao mês anterior, o índice permaneceu acima do limite superior da banda de tolerância, evidenciando que as pressões inflacionárias ainda persistiam e reforçando a necessidade de acompanhamento contínuo da evolução dos preços.

GRÁFICO 2 - IPCA POR GRUPO DE PREÇOS



O gráfico referente à inflação por grupos evidencia a contribuição dos diferentes componentes do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que registrou variação de 0,16% no período. Observa-se que o comportamento dos grupos foi bastante heterogêneo, com alguns apresentando variações superiores ao índice geral, enquanto outros registraram retração, contribuindo para conter a inflação do mês.

O grupo Habitação apresentou a maior variação, com 0,63%, destacando-se como o principal responsável pela elevação do IPCA no período. Em seguida, figuram os grupos Despesas pessoais, com 0,25%, Artigos de residência e Saúde e cuidados pessoais, ambos com 0,23%, todos registrando variações superiores ao índice geral e contribuindo de forma relevante para o resultado da inflação. Em um nível intermediário, encontram-se os grupos Comunicação (0,19%), Vestuário (0,17%) e Transportes (0,17%), que também apresentaram variações positivas, porém com impacto mais moderado sobre o índice. Ainda assim, todos permaneceram acima da inflação geral do período.

Por outro lado, os grupos Alimentação e bebidas (-0,24%) e Educação (-0,02%) registraram variações negativas, exercendo efeito de contenção sobre o IPCA. A retração observada em Alimentação e bebidas foi a mais significativa entre os grupos pesquisados, contribuindo para limitar uma elevação mais expressiva da inflação no período.

Dessa forma, a análise do gráfico demonstra que a inflação foi impulsionada principalmente pelos aumentos registrados nos grupos Habitação, Despesas pessoais, Artigos de residência e Saúde e cuidados pessoais, enquanto as reduções observadas em Alimentação e bebidas e Educação atuaram no sentido de amenizar as pressões inflacionárias. A composição dos resultados evidencia a importância da análise desagregada dos grupos que compõem o IPCA, permitindo identificar os principais vetores de pressão sobre os preços e compreender sua influência sobre o custo de vida das famílias.

GRÁFICO 3 - IPCA ACUMULADO EM 12 MESES VS. NÚCLEO DA INFLAÇÃO

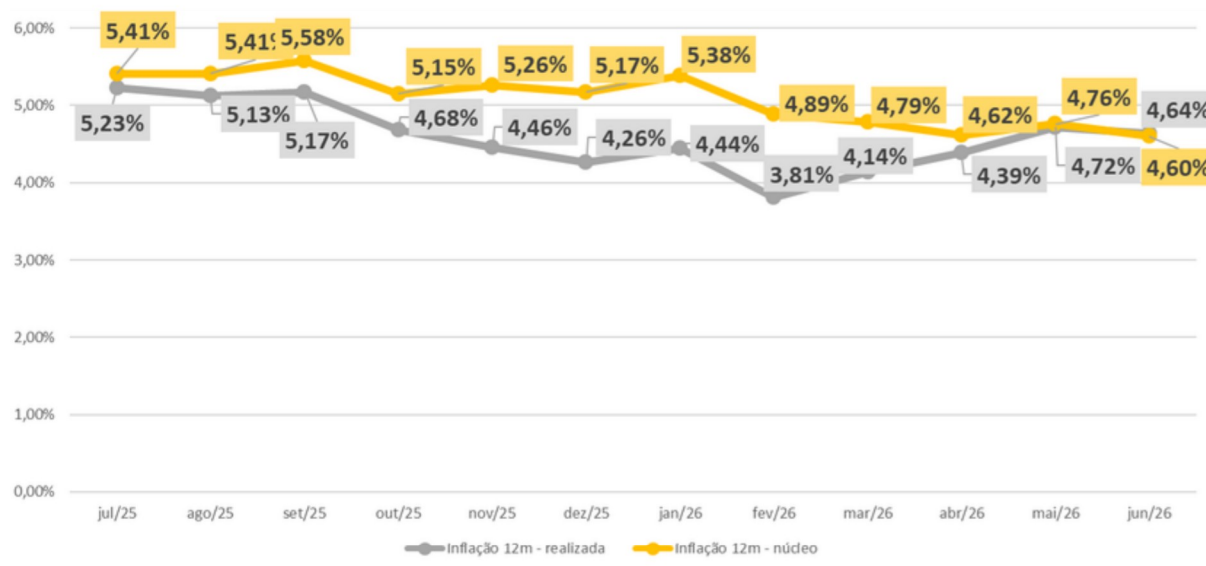
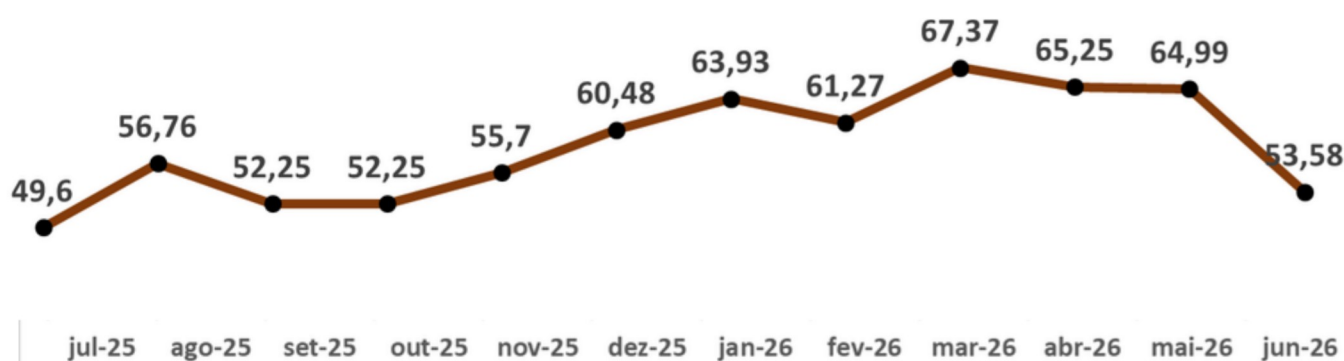


GRÁFICO 4 - DIFUSÃO DA INFLAÇÃO (%)



O Gráfico 3 apresenta a evolução do IPCA acumulado em 12 meses e do núcleo da inflação entre julho de 2025 e junho de 2026. No período, a inflação acumulada recuou de 5,23% para 4,64%, após atingir o menor nível da série em fevereiro de 2026 (3,81%), voltando a acelerar nos meses seguintes. Já o núcleo da inflação permaneceu acima da inflação cheia durante praticamente todo o período, iniciando em 5,41% e encerrando em 4,60%, após trajetória gradual de desaceleração a partir de fevereiro de 2026. Em conjunto, os indicadores evidenciam que, embora a inflação tenha apresentado desaceleração ao longo da série, as pressões inflacionárias subjacentes permaneceram relativamente persistentes, mostrando sinais de arrefecimento apenas nos meses finais do período. O Gráfico 4 apresenta a evolução do Índice de Difusão da Inflação entre julho de 2025 e junho de

2026 evidenciando o percentual de itens da cesta de consumo que registraram aumento de preços em cada período. Observa-se que o indicador iniciou a série em 49,60%, em julho de 2025, atingiu 56,76% em agosto, recuou para 52,25% nos meses de setembro e outubro e voltou a apresentar trajetória ascendente a partir de novembro. Entre novembro de 2025 e março de 2026, a difusão da inflação avançou de 55,70% para 67,37%, seu maior nível da série, indicando que os reajustes de preços passaram a atingir uma parcela cada vez maior dos bens e serviços pesquisados. Nos meses seguintes, o indicador apresentou leve desaceleração, registrando 65,25% em abril e 64,99% em maio, encerrando junho de 2026 em 53,58%, após uma redução mais acentuada.

O papel do Conselho Fiscal na GOIASPREV (RPPS)



Os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) desempenham papel fundamental na proteção previdenciária dos servidores públicos e de seus dependentes. Em um ambiente marcado por desafios atuariais, mudanças legislativas e crescente demanda por transparência, a atuação do Conselho Fiscal assume posição estratégica para a sustentabilidade e a credibilidade dessas instituições.

No âmbito da GOIASPREV, assim como nos demais RPPS, o Conselho Fiscal atua como uma importante instância de governança. Sua principal responsabilidade consiste em fiscalizar os atos da gestão, avaliando aspectos contábeis, financeiros, orçamentários, patrimoniais e atuariais, sempre com o objetivo de assegurar que os recursos previdenciários sejam administrados de forma responsável, eficiente e em conformidade com a legislação.

Uma atuação relevante consiste no acompanhamento da política de investimentos. Embora o Conselho Fiscal não exerça funções executivas ou deliberativas sobre as aplicações financeiras, compete-lhe verificar a aderência das operações às normas legais e regulamentares, bem como avaliar se os resultados obtidos estão alinhados com os objetivos de segurança, rentabilidade, solvência e liquidez exigidos para os recursos previdenciários.

Trata-se de uma atividade indispensável para assegurar a proteção do patrimônio dos segurados e pensionistas.

A fiscalização atuarial também merece destaque. O equilíbrio financeiro e atuarial constitui a base da sustentabilidade de qualquer RPPS. Nesse sentido, o Conselho Fiscal acompanha os resultados das avaliações atuariais e monitora indicadores que demonstrem a saúde previdenciária do regime. Para que esses resultados sejam alcançados, os conselheiros, representantes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, da Defensoria Pública, da Controladoria-Geral, do Ministério Público, dos Tribunais de Contas, dos servidores ativos, aposentados, pensionistas e militares estaduais, além de possuírem formação superior e comprovado conhecimento da legislação previdenciária ou experiência em áreas relacionadas à administração, economia, finanças, direito, contabilidade, atuária ou auditoria, a maioria possui certificação profissional no Pró-Gestão RPPS, conforme programa nacional que incentiva a adoção das melhores práticas de governança, controle e transparência pelos regimes próprios de previdência social.

Um Conselho Fiscal bem capacitado não atua apenas como fiscalizador, mas também como indutor de boas práticas e parceiro institucional na construção de soluções sustentáveis.

Em um cenário de crescente complexidade e responsabilidade fiscal, o Conselho Fiscal deve ser visto como um verdadeiro guardião da governança previdenciária. Sua atuação independente, técnica e comprometida com o interesse público contribui para a preservação dos recursos dos segurados e para o fortalecimento da confiança na gestão previdenciária.

*Por Geovanni Maciel Gonçalves
Presidente do Conselho Fiscal da GOIASPREV*

ENQUADRAMENTO

TABELA 3 - LIMITE DE ALOCAÇÃO SEGUNDO A POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Res. 5.272/25	Alvo
Subcarteira Imunização	0%	70%		60,00%
Art. 7, II e III	0%	70%	100%	
Subcarteira de Liquidez e Estabilidade	0%	40%		38,22%
Art. 7, II e III	0%	100%	100%	
Art. 7, I	0%	100%	100%	
Art. 7, V	0%	60%	80%	
Subcarteira de Riscos	0%	10%		
Art 8º	0%	70%	50%	
Art 9º	0%	30%	10%	
Art 10º, I	0%	30%	15%	

A Tabela 3 acima apresenta a estrutura de limites adotada na política, organizando a carteira em três grandes subcarteiras: Imunização; Liquidez e Estabilidade; e Riscos. Para cada bloco, são definidos limites inferiores e superiores, bem como os percentuais-alvo de alocação estabelecidos na Política de Investimentos de 2026, sempre respeitando os parâmetros máximos estabelecidos pela Resolução.

Observa-se que a Subcarteira de Imunização possui limite superior de 70% e alvo de 60%, evidenciando prioridade na proteção atuarial por meio de ativos aderentes ao passivo.

A Subcarteira de Liquidez e Estabilidade, com limite de até 40% e alvo próximo desse patamar, reforça o compromisso com disponibilidade de recursos para a gestão de fluxo e solvência das obrigações atuariais.

Já a Subcarteira de Riscos, limitada a 10% da carteira, é composta pelos recursos provenientes da rentabilidade que excedeu a meta atuarial em meses anteriores. A tabela torna-se a referência para o acompanhamento dos enquadramentos definidos na Política de Investimentos de 2026.

**TABELA 4 - DISTRIBUIÇÃO POR ENQUADRAMENTO LEGAL
(RES. CMN Nº 5.272/2025)**

DISPOSIÇÃO LEGAL	DESCRIÇÃO	LIMITE LEGAL	POSIÇÃO EM 30/06/2026
Art. 7º inciso I	Cotas de classes de fundos "Renda Fixa" (ETF), negociáveis em bolsa de valores aplicados exclusivamente em títulos de emissão do Tesouro Nacional, ou operações compromissadas lastreadas nesses títulos.	100,00%	39,31%
Art. 7º inciso II	Títulos de emissão do Tesouro Nacional, registrados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, adquiridos em oferta primária ou em plataformas de negociação eletrônica.	100,00%	48,29%
Art. 7º inciso III	Títulos de emissão do Tesouro Nacional, registrados no SELIC, adquiridos por intermediação de instituição financeira	100,00%	
Art. 7º inciso IV	Operações compromissadas, lastreadas exclusivamente pelos títulos de emissão do Tesouro Nacional, registrados no SELIC	5,00%	
Art. 7º inciso V	Cotas de classes de fundos de investimento tipificadas como "Renda Fixa", constituídas em regime aberto, e cotas de classes de ETF de renda fixa, negociáveis em bolsa de valores, ambos sem o sufixo "Crédito Privado"	80,00%	11,75%
Art. 7º inciso VI	Ativos financeiros de renda fixa de emissão com obrigação ou coobrigação de instituições financeiras bancárias	20,00%	
Art. 7º inciso VII	Cotas de classes de fundos de investimento tipificadas como "Renda Fixa" e denominadas com o sufixo "Crédito Privado"	20,00%	
Art. 7º inciso VIII	Cotas de classes de fundos de investimento	20,00%	
Art. 7º inciso IX	Cotas de subclasses sênior de fundos de investimento em direitos creditórios – FIDC	20,00%	
Art. 8º	Renda variável	50,00%	0,65%
Art. 9º	Investimento no exterior	10,00%	
Art. 10º	Investimento estruturado	20,00%	
Art. 11º	Fundos imobiliários	20,00%	

A Tabela 4 apresenta o enquadramento dos investimentos nos limites estabelecidos pela Resolução CMN nº 5.272/2025. Observa-se a predominância de aplicações em renda fixa, em consonância com as diretrizes que orientam a gestão dos recursos previdenciários.

Destaca-se que o nível de certificação Pró-Gestão influencia o acesso às modalidades de investimento previstas na regulamentação. Por possuir o nível máximo de certificação, o GOIASPREV pode acessar todas as classes de ativos autorizadas pela norma, desde que previstas na Política de Investimentos. Os dados evidenciam o pleno atendimento aos limites e critérios legais vigentes.

DESEMPENHO

A composição atual da carteira reflete, em grande medida, o posicionamento definido pela Política de Investimentos de 2025, que prioriza a liquidez e a alocação em renda fixa atrelada a títulos públicos por meio de fundos de investimento. A transição para a nova estrutura de alocação foi iniciada em março de 2026, após a conclusão do processo de custódia, etapa necessária para viabilizar a implementação da estratégia prevista na política vigente.

Com a finalização desse processo, parte significativa dos recursos atualmente aplicados em fundos de investimento em renda fixa será gradualmente direcionada para a aquisição direta de títulos públicos federais, marcados a mercado pela curva, no âmbito da Subcarteira de Imunização, a partir de maio de 2026. Essa mudança permitirá maior aderência entre os fluxos dos ativos e as obrigações atuariais do regime.

TABELA 5 - DISTRIBUIÇÃO DO FUNDO PREVIDENCIÁRIO

	CNPJ / CÓDIGO ISIN	%	SALDO MAIO	%	SALDO JUNHO
SUBCARTEIRA DE LIQUIDEZ E ESTABILIDADE		48,74%	R\$445.463.260,81	49,93%	R\$494.005.831,11
BB PREV RF IMA-B 5 LP FIC FI	03.543.447/0001-03	0,00%	R\$0,00	0,04%	R\$353.675,99
CAIXA BRASIL TP FI RF LP	05.164.356/0001-84	1,58%	R\$14.424.806,93	1,54%	R\$14.578.528,77
CAIXA ALIANCA TP FI RF	05.164.358/0001-73	6,53%	R\$59.665.231,85	8,69%	R\$82.156.210,87
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TP FI RF	10.740.670/0001-06	6,18%	R\$56.475.331,80	6,04%	R\$57.103.436,26
BB RF REF DI TIT PUB FI LP	11.046.645/0001-81	1,44%	R\$13.145.908,38	1,41%	R\$13.292.053,39
CAIXA BRASIL IMA-B 5 TP FI RF LP	11.060.913/0001-10	4,60%	R\$42.015.677,51	4,50%	R\$42.510.486,35
CAIXA TOPAZIO FIF RF REF DI LP	11.061.230/0001-87	3,63%	R\$33.209.673,91	0,00%	-
BB PREV RF IRF-M1 TP	11.328.882/0001-35	3,77%	R\$34.493.339,92	3,69%	R\$34.874.860,37
CAIXA BRASIL GESTAO ESTRATEGICA FIC RF	23.215.097/0001-55	1,37%	R\$12.557.573,00	-	-
BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA IRF-M 1+	32.161.826/0001-29	2,83%	R\$25.873.824,95	2,75%	R\$25.990.685,52
BTG-TESOURO SELIC SIMPLES INST FDI RF	37.927.707/0001-58	1,67%	R\$15.235.678,31	7,55%	R\$71.417.512,07
BB PREV RF TP VARIANTE RTICE 2027	46.134.096/0001-81	1,34%	R\$12.219.576,42	1,30%	R\$12.295.830,28
BB PREV RF TP VARIANTE RTICE 2030	46.134.117/0001-69	0,43%	R\$3.885.594,21	0,41%	R\$3.862.717,23
CAIXA BRASIL FI RF REF DI LP	03.737.206/0001-97	1,08%	R\$9.834.332,32	0,00%	-

	CNPJ / CÓDIGO ISIN	%	SALDO MAIO	%	SALDO JUNHO
BB PREV FLUXO RF SIMPLES FIC	13.077.415/0001-05	0,04%	R\$364.875,72	0,04%	R\$368.645,38
BB PREV RF PERFIL FIC FI	13.077.418/0001-49	11,60%	R\$106.027.898,82	11,34%	R\$107.246.720,01
CAIXA BRASIL MATRIZ FI RF	23.215.008/0001-70	0,66%	R\$5.989.032,94	0,64%	R\$6.055.374,27
LTN - 01/04/2027	BRSTNCLTN8I0	0,00%	R\$44.903,81	0,00%	R\$45.417,40

	CNPJ / CÓDIGO ISIN	%	SALDO MAIO	%	SALDO JUNHO
SUBCARTEIRA DE RISCOS		0,69%	R\$6.349.402,04	0,66%	R\$6.278.938,13
BB ACOES GOVERNANCA	10.418.335/0001-88	0,36%	R\$3.324.707,67	0,35%	R\$3.287.044,20
CAIXA BRASIL ACOES LIVRE	30.068.169/0001-44	0,23%	R\$2.145.087,65	0,22%	R\$2.079.542,39
CAIXA FIA ELETROBRAS	45.443.475/0001-90	0,10%	R\$879.606,74	0,10%	R\$912.351,54
SUBCARTEIRA DE IMUNIZAÇÃO		50,56%	R\$462.087.545,60	48,29%	R\$467.254.760,18
NTNB-15052029	BRSTNCNTB71646135	17,22%	R\$157.411.012,95	16,83%	R\$159.167.511,86
NTNB-15052029	BRSTNCNTB71646148	17,16%	R\$156.784.946,45	16,77%	R\$158.553.806,58
NTNB-15050031	BRSTNCNTB7X346127	16,18%	R\$147.891.586,21	15,81%	R\$149.533.441,74
CONTAS CORRENTES					
BANCO DO BRASIL	-		R\$352.668,23	-	
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	-		-	-	R\$1.207,77
BTG PACTUAL	-		-	-	-
TOTAL DA CARTEIRA		100%	R\$914.252.876,68	100%	R\$945.685.852,50

A carteira manteve sua estratégia de investimentos voltada à segurança, liquidez e preservação do capital, com predominância de recursos alocados em ativos de renda fixa.

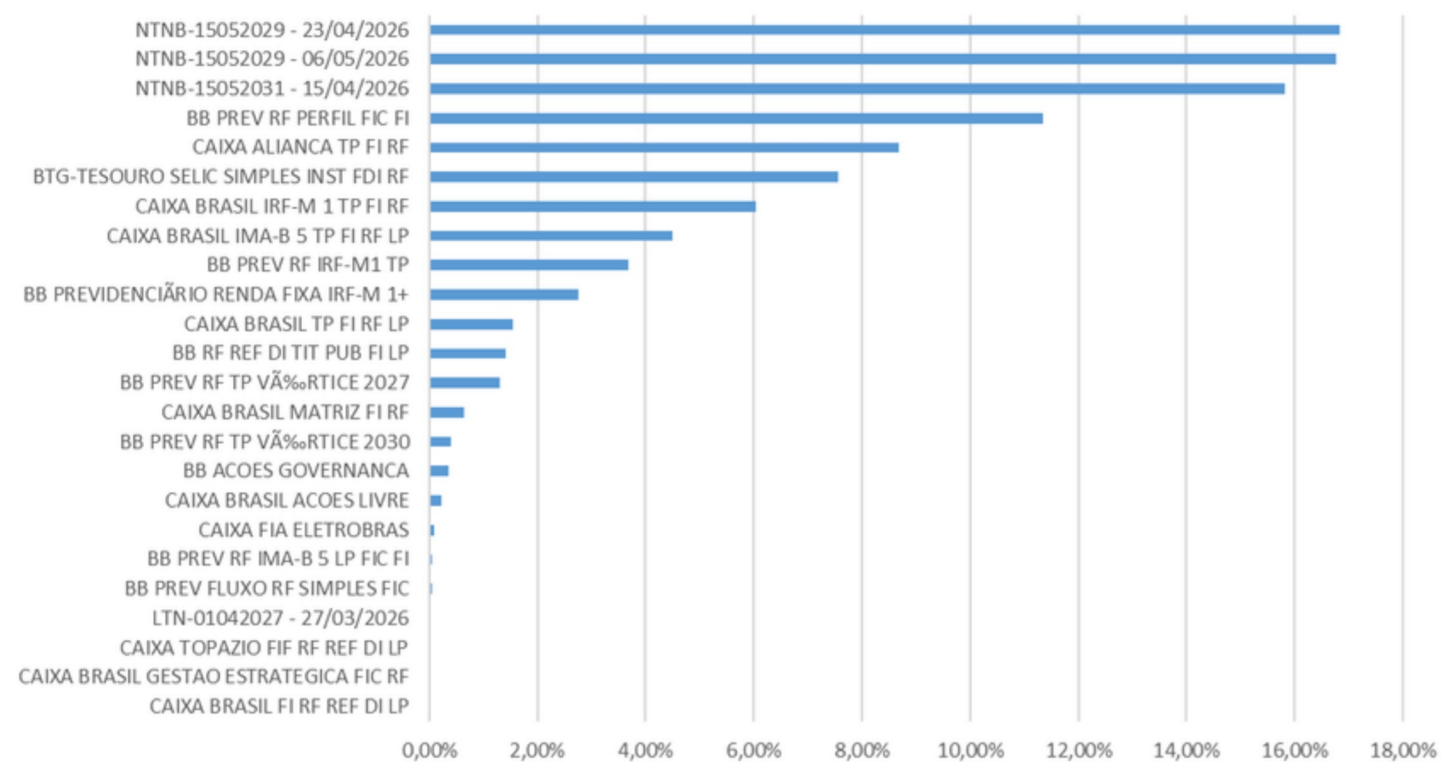
A Subcarteira de Liquidez e Estabilidade permaneceu como principal componente, apresentando apenas ajustes pontuais entre maio e junho, sem alteração do perfil conservador da carteira.

A Subcarteira de Riscos continuou com participação reduzida, mantendo exposição limitada à renda variável. Enquanto a Subcarteira de Imunização permaneceu

fortemente representada por títulos públicos federais indexados à inflação (NTN-B), reforçando a proteção dos recursos previdenciários.

No consolidado, o patrimônio da carteira evoluiu de R\$ 914,25 milhões em maio para R\$ 945,68 milhões em junho, crescimento de aproximadamente 3,44%, decorrente da valorização dos investimentos e das movimentações financeiras realizadas. De forma geral, a alocação permaneceu aderente à Política de Investimentos e às diretrizes da Resolução CMN nº 5.272/2025, priorizando segurança, liquidez, solvência e gestão prudente dos recursos do RPPS.

GRÁFICO 5 - DISTRIBUIÇÃO DOS FUNDOS NO FUNDO PREVIDENCIÁRIO



O Gráfico 5 evidencia a concentração dos investimentos do Fundo Previdenciário, com predominância de Títulos Públicos Federais, especialmente as NTN-B, que representam cerca de 48,3% da carteira, seguidos pelos fundos de renda fixa, com destaque para o BB Prev RF Perfil FIC FI (11,08%), Caixa Aliança TP FI RF (8,49%) e BTG Tesouro Selic Simples Institucional (7,38%). Essa composição demonstra uma estratégia voltada à proteção contra a inflação, à preservação do patrimônio e à manutenção de liquidez, contribuindo para o equilíbrio entre segurança, rentabilidade e o cumprimento da meta atuarial.



GRÁFICO 6 - EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DESDE DEZEMBRO/2025

O gráfico 6 aponta o fechamento mês a mês desde dezembro de 2025. Em junho de 2026, houve um acréscimo de R\$ 22 milhões decorrente das arrecadações, e um rendimento de R\$ 9 milhões com base nos valores investidos pela Gerência de Investimentos da Goiás Previdência. Com isso, o valor do Patrimônio Líquido do Fundo Previdenciário em 30 de junho de 2026 é de R\$ 945,68 milhões.

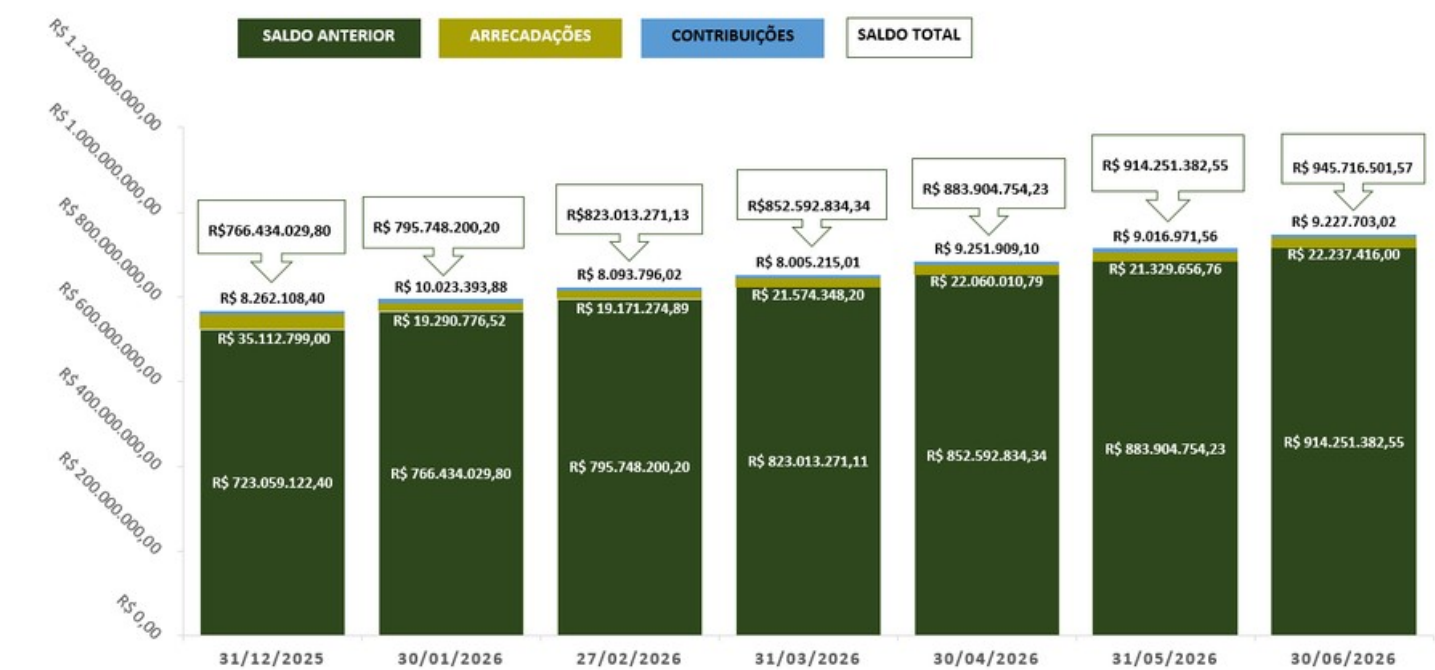


TABELA 6 - PERFIL, APLICAÇÕES, RESGATES E RENDIMENTOS

		MOVIMENTAÇÕES	TIPO DE RESGATE	RENDIMENTO	SALDO ANTERIOR	SALDO ATUAL
SUBCARTEIRA DE IMUNIZAÇÃO				R\$5.167.214,58	R\$462.087.545,60	R\$467.254.760,18
↪	NTNB-15052029 - 23/04/2026	-	No vencimento	R\$1.756.498,91	R\$157.411.012,95	R\$159.167.511,86
↪	NTNB-15052029 - 06/05/2026	-	No vencimento	R\$1.768.860,14	R\$156.784.946,45	R\$158.553.806,58
↪	NTNB-15052031 - 15/04/2026	-	No vencimento	R\$1.641.855,53	R\$147.891.586,21	R\$149.533.441,74

TABELA 7 - PERFIL, APLICAÇÕES, RESGATES E RENDIMENTOS (CONTINUAÇÃO)

		MOVIMENTAÇÕES	TIPO DE RESGATE	RENDIMENTO	SALDO ANTERIOR	SALDO ATUAL
SUBCARTEIRA DE LIQUIDEZ E ESTABILIDADE				R\$4.130.952,13	R\$445.463.260,81	R\$472.152.154,18
↳	BB PREV RF IMA-B 5 LP FIC FI	-	D+0	1.007,76	0,00	353.675,99
↳	CAIXA BRASIL TP FI RF LP	-	D+0	153.721,85	14.424.806,93	14.578.528,77
↳	CAIXA ALIANCA TP FI RF	-	D+0	668.237,31	59.665.231,85	82.156.210,87
↳	CAIXA BRASIL IRF-M 1 TP	-	D+0	628.104,46	56.475.331,80	57.103.436,26
↳	BB RF REF DI TIT PUB FI	-	D+0	146.145,02	13.145.908,38	13.292.053,39
↳	CAIXA BRASIL IMA-B 5 TP		D+0	74.095,70	42.015.677,51	42.510.486,35
↳	CAIXA TOPAZIO FIF RFI LP	33.439.360,29	D+1	229.686,38	33.209.673,91	-
↳	BB PREV RF IRF-M1 TP	-	D+0	381.520,45	34.493.339,92	34.874.860,37
↳	CAIXA BRASIL GESTAO	12.471.680,63	D+0	-85.892,37	12.557.573,00	-
↳	BB PREVIDENCIARIO 1+	-	D+0	116.860,57	25.873.824,95	25.990.685,52
↳	BTG-TESOURO SELIC RF	-	D+0	373.438,22	15.235.678,31	71.417.512,07
↳	BB PREVTP VERTICE 2027		D+0	76.253,86	12.219.576,42	12.295.830,28
↳	BB PREVTP VERTICE 2030	-	D+0	-22.876,97	3.885.594,21	3.862.717,23
↳	LTN-01042027 - 27/03/2026	-	D+1	513,58	44.903,81	45.417,40
↳	CAIXA BRASIL FI REF LP	9.904.601,24	D+0	70.268,92	9.834.332,32	-
↳	BB PREV FLUXO RF SIMP	-	D+0	3.769,66	364.875,72	368.645,38
↳	BB PREV RF PERFIL FICFI	-	D+0	1.218.821,19	106.027.898,82	107.246.720,01
↳	CAIXA BRASIL MATRIZ FI	-	D+0	66.341,33	5.989.032,94	6.055.374,27
SUBCARTEIRA DE RISCO				R\$70.463,91	R\$6.349.402,04	R\$6.278.938,13
↳	BB ACOES GOVERNANCA		D+3	R\$37.663,46	3.324.707,67	R\$3.287.044,20
↳	CAIXA AÇÕES LIVRE		D+15	R\$65.545,26	2.145.087,65	R\$2.079.542,39
↳	CAIXA ELETROBRAS		D+3	R\$32.744,82	879.606,72	R\$912.351,54

*É considerado movimentação financeira o resultado de todas as aplicações e resgates em cada fundo supra mencionado.

*Aos fundos vértices não são admitidos resgates antes do vencimento, essa movimentação refere-se ao pagamento de cupom de juros, evento esse que ocorre para títulos a vencer em anos pares todo dia 15/02 e 15/08 de cada ano.

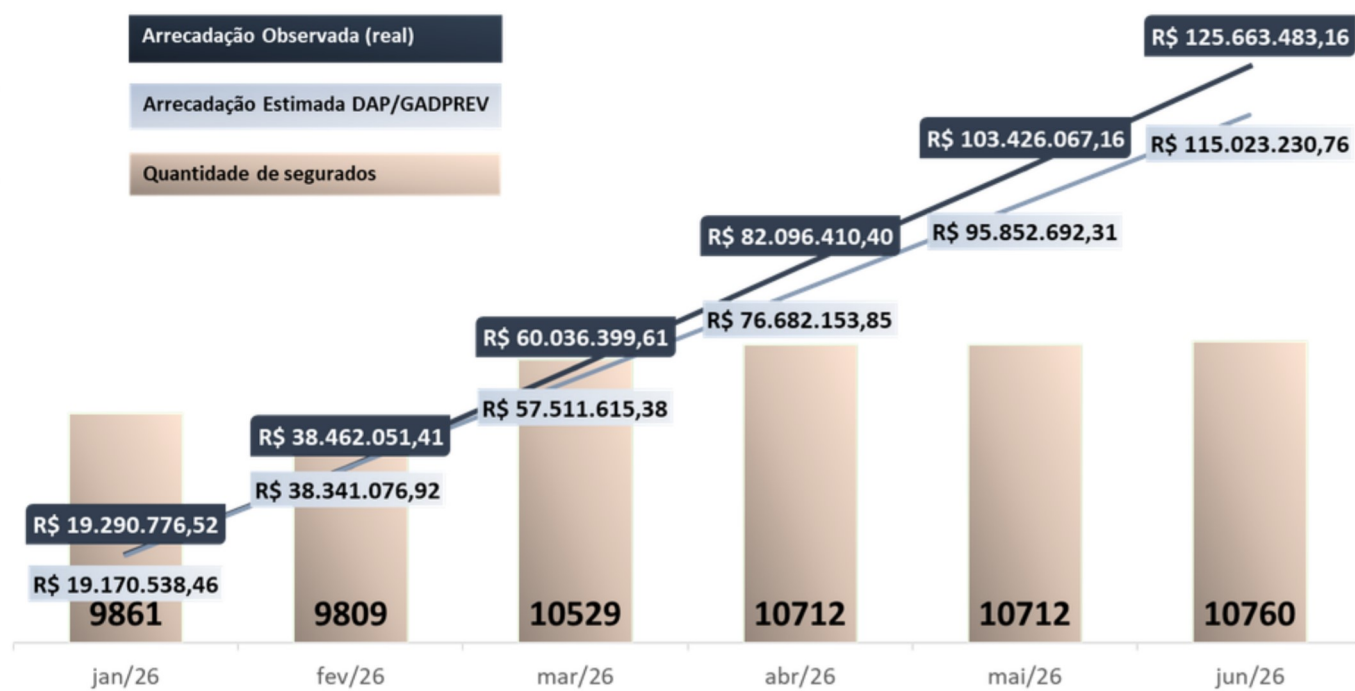
A Tabela 7 demonstra a predominância de investimentos em renda fixa e títulos públicos, com maior concentração de recursos nas subcarteiras de liquidez, estabilidade e imunização. Já a subcarteira de risco possui menor participação e maior volatilidade nos saldos.

TABELA 8 - CUSTOS DO FUNDO PREVIDENCIÁRIO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS FUNDOS

		% do PL de RPPS	TAXA ADM ANUAL	TAXA ADM MENSAL	TAXA ADM RETIDA
					R\$84.291,19
↳	CAIXA BRASIL TP	54,70%	0,20%	0,02%	R\$2.427,53
↳	CAIXA ALIANCA TP	33,10%	0,20%	0,02%	R\$13.680,17
↳	CAIXA BRASIL IRF-M 1 TP	95,90%	0,20%	0,02%	R\$9.508,53
↳	BB RF REF DI TP	20,40%	0,10%	0,01%	R\$1.107,16
↳	CAIXA BRASIL IMA-B 5 TP FI LP	98,80%	0,20%	0,02%	R\$7.078,59
↳	CAIXA TOPAZIO REF DI	17,60%	0,10%	0,01%	R\$0,00
↳	BB PREV RF IRF-M1 TP	52,70%	0,10%	0,01%	R\$2.904,91
↳	CAIXA GESTAO ESTRAT.	96,70%	0,40%	0,03%	R\$7.271,24
↳	BB PREV RF IRF-M 1+	37,60%	0,30%	0,02%	R\$6.488,75
↳	BTG-TESOURO SELIC T FDI RF	6,70%	0,08%	0,01%	R\$4.759,42
↳	BB TP VÉRTICE 2027	59,10%	0,20%	0,02%	R\$2.047,43
↳	BB VÉRTICE 2030	67,00%	0,20%	0,02%	R\$643,20
↳	LTN-01042027	-	-	-	R\$0,00
↳	CAIXA BRASIL REF DI	67,30%	0,20%	0,02%	R\$0,00
↳	BB PREV FLUXO SIMPLES	43,00%	1,00%	0,08%	R\$305,81
↳	BB PREV PERFIL	51,50%	0,20%	0,02%	R\$17.858,09
↳	CAIXA BRASIL MATRIZ	57,40%	0,20%	0,02%	R\$1.008,31
↳	BB PREV RF IMA-B 5 LP FIC FI	48,30%	0,20%	0,02%	R\$58,89
↳	CAIXA ATENA AÇÕES LIVRE	99,80%	2,00%	0,1652%	R\$3.820,93
↳	BB AÇÕES GOVERNANÇA	49,20%	1,00%	0,0830%	R\$2.991,87
↳	CAIXA FIA ELETROBRAS	23,90%	0,45%	0,0374%	R\$389,26

A Tabela 8 apresenta os percentuais do patrimônio líquido aplicados nos fundos, bem como as taxas de administração anuais, mensais e os valores retidos no período. Observa-se que os fundos de renda fixa concentram a maior participação dos recursos e possuem taxas de administração reduzidas, enquanto os fundos de renda variável apresentam taxas mais elevadas. No período analisado, foi retido o total de R\$ 84.291,19 em taxas de administração pelas instituições financeiras.

GRÁFICO 7 - ARRECADAÇÃO OBSERVADA E ESTIMADA ACUMULADA DESDE JANEIRO DE 2026



O Gráfico 7 apresenta a evolução acumulada da arrecadação previdenciária observada e estimada pela DAP/GADPREV entre janeiro e junho de 2026, bem como a quantidade de segurados vinculados ao Fundo Previdenciário. Verifica-se que a arrecadação realizada manteve trajetória próxima à estimada ao longo do período, demonstrando consistência entre as projeções e os valores efetivamente arrecadados.

A arrecadação acumulada passou de R\$ 19,29 milhões em janeiro para R\$ 125,67 milhões em junho, enquanto a arrecadação estimada evoluiu de R\$ 19,17 milhões para R\$ 115.023 milhões. A partir de março, observa-se ampliação gradual da diferença entre os valores observados e projetados, resultando em arrecadação acumulada superior à estimada ao final do período. Quanto à quantidade de segurados, houve redução entre janeiro e março, seguida de recuperação em abril, permanecendo estável em junho. De forma geral, os dados evidenciam desempenho favorável da arrecadação previdenciária e recuperação da base de segurados nos meses finais analisados.

RENTABILIDADES

TABELA 9 - RENTABILIDADE MENSAL E ACUMULADA POR SUBCARTEIRA

ATIVO		RENTABILIDA DE MENSAL	COMPARAÇÃO COM O BENCHMARK MENSAL	RENTABILIDADE ACUMULADA - ANO	COMPARAÇÃO COM O BENCHMARK - ANO
SUBCARTEIRA DE IMUNIZAÇÃO		1,1128%	140,2964%	7,3130%	101,3702%
↳	NTN-B 15.05.2029- 06/05/2026	1,13%	142,24%	7,37%	102,23%
↳	NTN-B 15.05.2029 - 23/04/2026	1,12%	140,69%	7,30%	101,17%
↳	NTN-B 15.05.2031 - 15/04/2026	1,11%	139,96%	7,26%	100,68%
SUBCARTEIRA DE LIQUIDEZ E ESTABILIDADE		0,9145%	75,2600%	6,3509%	95,3400%
↳	BB PREV RF TP VÉRTICE 2027	0,62%	58,65%	7,43%	111,49%
↳	BB PREV RF PERFIL FIC FI	1,15%	108,04%	6,92%	103,88%
↳	CAIXA BRASIL MATRIZ FI RF	1,11%	104,11%	6,85%	102,76%
↳	BB RF REF DI TIT PUB FI LP	1,11%	104,48%	6,84%	102,64%
↳	CAIXA BRASIL TP FI RF LP	1,07%	100,16%	6,76%	101,44%
↳	CAIXA ALIANÇA TP FI RF	1,10%	103,49%	6,73%	101,01%
↳	CAIXA BRASIL IRF-M 1 TP FI RF	1,11%	104,53%	6,47%	98,03%
↳	BB PREV RF IRF-M1 TP	1,11%	103,96%	6,36%	97,20%
↳	BB PREV FLUXO RF SIMPLES FIC	1,03%	97,10%	6,36%	95,46%
↳	BB PREV RF IMA-B 5 LP FIC FI	0,20%	18,87%	6,36%	95,42%
↳	CAIXA BRASIL IMA-B 5 TP FI RF LP	0,17%	16,37%	6,33%	95,06%
↳	BB PREV RF TP VÉRTICE 2030	-0,59%	-55,34%	4,46%	66,91%
↳	BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA IRF-M 1+	0,45%	42,45%	4,16%	62,39%
↳	BTG-TESOURO SELIC SIMPLES INST FDI RF	1,11%	104,54%	2,80%	41,97%
↳	LTN-01/04/2027	1,14%	107,50%	6,28%	94,31%

ATIVO		RENTABILIDADE MENSAL	COMPARAÇÃO COM BENCHMARK MENSAL	RENTABILIDADE ACUMULADA - ANO	COMPARAÇÃO COM O BENCHMARK - ANO
SUBCARTEIRA DE RISCO		-1,11%	102,78%	1,69%	25,19%
↳	BB ACOES GOVERNANCA	-1,13%	100,77%	5,78%	86,08%
↳	CAIXA BRASIL ACOES LIVRE	-3,06%	-67,6700%	-6,14%	-91,45%
↳	CAIXA FIA ELETROBRAS	3,72%	526,11%	7,15%	106,47%
CARTEIRA CONSOLIDADA		1,00%	161,81%	6,57%	106,82%
↳	BANCO DO BRASIL	0,95%	152,48%	6,44%	104,75%
↳	CAIXA ECONÔMICA	0,88%	141,91%	6,47%	105,15%
↳	BTG - PACTUAL	1,12%	181,30%	3,83%	62,33%

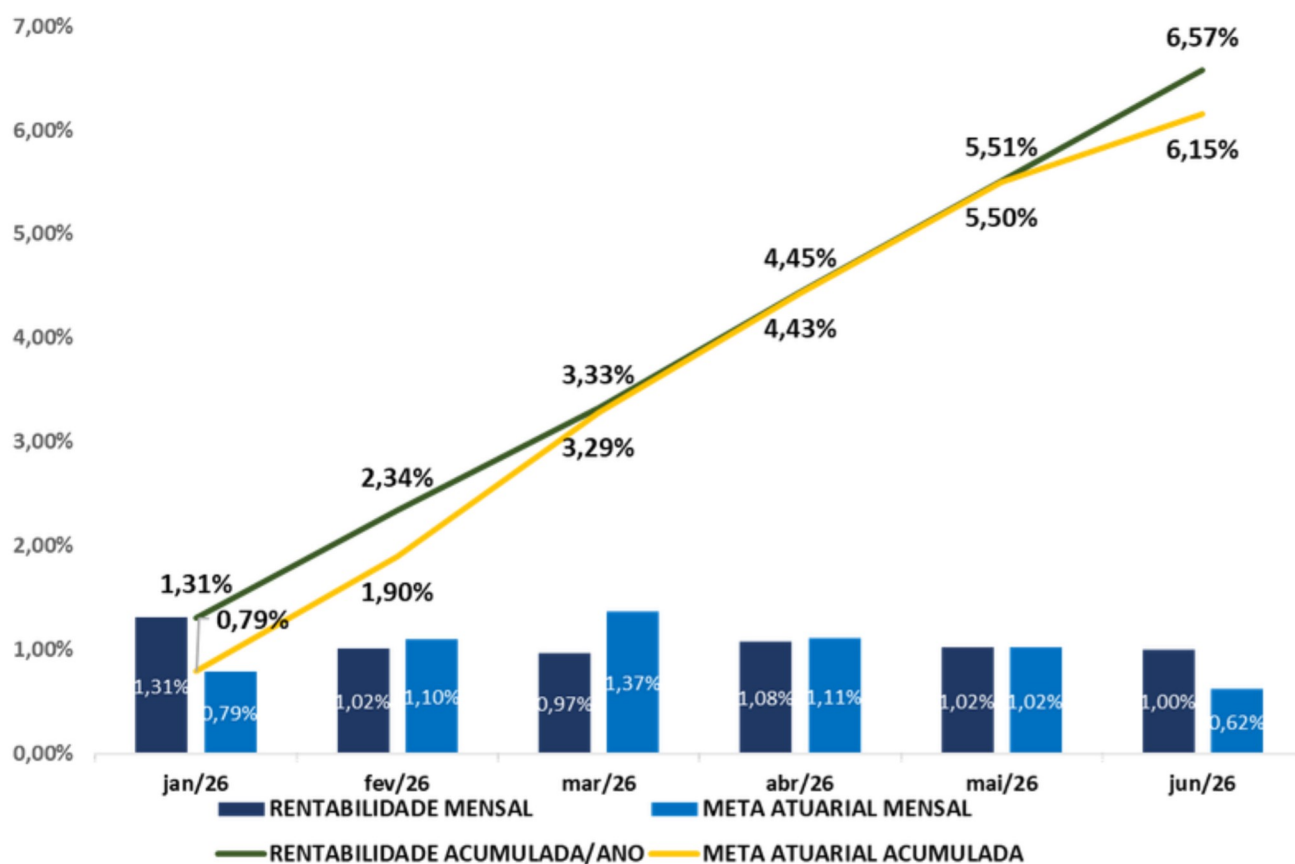
A tabela 9 - Em junho, a **Subcarteira de Imunização** registrou ganho de 1,1128% no mês, superando com folga seu indicador de referência, atingindo 140,2964% do benchmark mensal. No acumulado do ano, a rentabilidade chegou a 7,3130%, o equivalente a 101,3702% do benchmark no período. Composta por NTN-Bs com vencimentos entre 2029 e 2031, a subcarteira manteve um padrão de retornos bastante uniforme entre os papéis, resultado esperado dado o caráter previsível desses ativos indexados à inflação e sua sensibilidade à trajetória das taxas de juros.

Já a **Subcarteira de Liquidez e Estabilidade** fechou o mês com retorno de 0,9145%, acumulando 6,3509% no ano. Entre os fundos que a compõem, BB Prev RF Perfil FIC FI (1,15%) e LTN-01/04/2027 (1,14%) lideraram os ganhos mensais, seguidos de perto por diversos fundos referenciados ao CDI e à renda fixa tradicional, que sustentaram resultados na faixa de 1,10% a 1,11%. O único destaque negativo foi o BB Prev RF TP Vértice 2030, com queda de 0,59% no mês, embora ainda mantenha rentabilidade acumulada positiva de 4,46% no ano — o que reforça a resiliência geral dessa camada da carteira mesmo diante de oscilações pontuais nas taxas de juros.

A **Subcarteira de Risco**, por sua vez, sentiu o efeito da volatilidade do mercado acionário e recuou 1,11% no mês, ainda que esse resultado tenha representado 102,78% do respectivo benchmark, indicador de que o índice de referência teve desempenho ainda pior no período. No acumulado do ano, a subcarteira permanece positiva, com 1,6900%, equivalente a 25,19% do benchmark. O comportamento dos ativos foi heterogêneo: a Caixa Brasil Ações Livre puxou o resultado para baixo, com perda de 3,06% no mês e recuo acumulado de 6,14% no ano, enquanto a Caixa FIA Eletrobras seguiu na direção oposta, avançando 3,72% no mês e acumulando 7,15% no ano, amenizando parcialmente a retração do BB Ações Governança (-1,13% no mês).

No **resultado consolidado**, a carteira encerrou junho com rentabilidade de 1,0028%, acima do seu benchmark mensal. No acumulado do ano, o retorno chegou a 6,57%, correspondendo a 106,82% do benchmark acumulado — patamar que confirma a manutenção do desempenho da carteira acima de seu referencial, evidenciando que a combinação entre imunização, liquidez e exposição ao risco contribuiu de forma equilibrada para o resultado global.

GRÁFICO 8 - RENTABILIDADE DO FUNDO PREVIDENCIÁRIO COM A META ATUARIAL



A análise do desempenho do Fundo Previdenciário no primeiro semestre de 2026 evidencia a manutenção de resultados consistentes em relação à meta atuarial estabelecida para o período.

Em janeiro de 2026, o fundo registrou rentabilidade mensal de 1,31%, resultado superior à meta atuarial de 0,79%, gerando um excedente de 0,52 ponto percentual. Em fevereiro, a rentabilidade foi de 1,02%, ficando ligeiramente abaixo da meta de 1,10%. Da mesma forma, em março, o retorno de 0,97% permaneceu inferior à meta atuarial de 1,37%, refletindo um período de maior volatilidade dos mercados financeiros.

Nos meses seguintes, observou-se melhora no desempenho relativo da carteira. Em abril, a rentabilidade foi de 1,08%, muito próxima da meta atuarial de 1,11%. Em maio, o fundo apresentou rentabilidade de 1,02%, praticamente equivalente à meta atuarial do mês, também de 1,02%, sendo que, considerando as casas decimais não apresentadas no gráfico, o retorno permaneceu ligeiramente superior à meta.

Em junho de 2026, o Fundo Previdenciário registrou rentabilidade mensal de 1,00%, superando de forma expressiva a meta atuarial de 0,62%, com um

excedente aproximado de 0,38 ponto percentual, contribuindo para ampliar a vantagem acumulada em relação ao objetivo atuarial.

Ao final de junho de 2026, a rentabilidade acumulada do Fundo Previdenciário alcançou aproximadamente 6,57%, enquanto a meta atuarial acumulada situou-se em torno de 6,13%. Dessa forma, o fundo encerrou o semestre com desempenho superior à meta em aproximadamente 0,44 ponto percentual, evidenciando a capacidade da carteira de gerar retornos compatíveis com as necessidades atuariais do regime.

De maneira geral, os resultados demonstram que, apesar de alguns meses apresentarem rentabilidade inferior à meta atuarial, o desempenho acumulado ao longo do semestre permaneceu sólido e suficiente para superar o objetivo estabelecido. Esse resultado reforça a efetividade da estratégia de investimentos adotada, pautada na diversificação, no controle dos riscos e na busca pelo equilíbrio entre segurança, liquidez e rentabilidade, contribuindo para a preservação do equilíbrio financeiro e atuarial do Fundo Previdenciário no longo prazo.

ANÁLISE DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

TABELA 10 - SALDO MENSAL E RENDIMENTO POR IF

INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	% RENDIMENTO	RENDIMENTO	% SALDO	SALDO
BANCO DO BRASIL	20,42%	1.883.838,07	20,83%	R\$201.572.232,39
CAIXA	19,54%	1.802.698,56	23,49%	R\$205.395.930,46
BTG	60,05%	5.541.166,38	55,68%	R\$538.717.689,65
TOTAL	100,00%	9.227.703,02	100,00%	R\$945.685.852,50

Os recursos financeiros do Fundo Previdenciário encontram-se distribuídos entre três instituições financeiras, com maior concentração no BTG Pactual, que detém 56,96% do patrimônio, equivalente a R\$ 538.717.689,65.

A Caixa Econômica Federal concentra 21,72% dos recursos, correspondentes a R\$ 205.395.930,46, enquanto o Banco do Brasil responde por 21,31% do patrimônio, totalizando R\$ 201.572.232,39, conforme evidenciado na Tabela 10. Essa distribuição demonstra uma estratégia de alocação dos recursos voltada à diversificação entre as instituições financeiras mantendo o BTG Pactual como principal custodiante dos investimentos do Fundo

Previdenciário. Além de concentrar a maior parcela do patrimônio, o BTG Pactual foi responsável por 60,25% dos rendimentos obtidos no período, totalizando R\$ 5.541.166,38, evidenciando sua contribuição para o desempenho da carteira. A Caixa Econômica Federal respondeu por 19,26% dos rendimentos, no montante de R\$ 1.771.763,35, enquanto o Banco do Brasil participou com 20,48%, correspondentes a R\$ 1.883.838,07. Dessa forma, a composição atual dos investimentos evidencia uma distribuição equilibrada dos recursos entre as instituições financeiras, em conformidade com as diretrizes estabelecidas na Política de Investimentos do regime previdenciário.

ACOMPANHAMENTO DE DEALERS

A GOIASPREV conduz o processo de credenciamento de Instituições Financeiras com o objetivo de viabilizar a compra e venda de títulos públicos federais nos mercados primário e secundário, permitindo, desde março de 2026, o início da operacionalização da Subcarteira de Imunização.

No âmbito desse processo, foi publicado edital para a contratação do serviço de custódia qualificada, tendo sido selecionado como custodiante o BTG Pactual, por ter sido a única instituição a atender integralmente às exigências estabelecidas no edital, além de apresentar proposta compatível com o princípio da economicidade. A contratação foi realizada por meio de inexigibilidade de licitação, nos termos da Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

Atualmente, encontram-se aptas a participar do processo de credenciamento três instituições financeiras cadastradas como *dealers* pelo Banco Central do Brasil, pertencentes aos segmentos S1 e S2, que representam instituições de maior porte e relevância no sistema financeiro nacional. Para que uma Instituição Financeira esteja habilitada a negociar títulos públicos em nome da GOIASPREV, é necessário que percorra cinco etapas no processo de credenciamento, as quais asseguram o atendimento aos critérios técnicos, operacionais e regulatórios estabelecidos pela entidade. Há ainda uma sexta etapa que busca o contínuo escrutínio da Instituição Financeira e por meio dela é possível que a Instituição permaneça habilitada.

ETAPAS DO CREDENCIAMENTO

- 1 Etapa de avaliação documental pela Gerência de Investimentos;
- 2 Etapa de inscrição da IF para análise documental pela Comissão Especial de Contratação (Portaria 2168 de 22 de outubro de 2025);
- 3 Etapa de resultado;
- 4 Etapa de recursos;
- 5 Etapa final com a homologação da IF no Diário Oficial do Estado de Goiás;
- 6 Controle contínuo do credenciamento.

TABELA 11 - ACOMPANHAMENTO DA HABILITAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS COMO DEALERS

INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	ETAPA	COMENTÁRIO
BGC	5	Não é IF S1 ou S2 conforme Tabela 10
TULLET	5	Não compõem mais a lista de Dealer do Bacen
BTG CORRETORA	6	Credenciada
SAFRA	6	Credenciada
SANTANDER	2	Falta de documentação por parte da IF
BANCO DO BRASIL	2	Falta de documentação por parte da IF
XP	3	Falta de documentação por parte da IF
CAIXA ECONÔMICA	2	Falta de documentação por parte da IF
ITAU	2	Falta de documentação por parte da IF
	6	Credenciada

A Tabela 11 apresenta o estágio atual do processo de credenciamento de instituições financeiras para a operacionalização da Subcarteira de Imunização da GOIASPREV, iniciada em março de 2026. Observa-se que três instituições financeiras já concluíram todas as etapas do processo e encontram-se devidamente credenciadas, aptas a realizar operações com títulos públicos em nome da entidade. Por outro lado, algumas instituições ainda permanecem na fase inicial de análise documental, o que indica que a continuidade do processo

depende das informações e documentos exigidos para a avaliação. Além disso, duas instituições foram desclassificadas por não atenderem aos critérios técnicos estabelecidos, relacionados ao enquadramento nos segmentos de porte do sistema financeiro e à permanência na lista oficial de dealers do Banco Central. De forma geral, o processo já assegura número suficiente de instituições habilitadas para as operações, ao mesmo tempo em que permanece aberto para a eventual ampliação do número de participantes, conforme o avanço das etapas de credenciamento.

TABELA 12 - LISTA DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS S1 E S2
SEGUNDO O BANCO CENTRAL

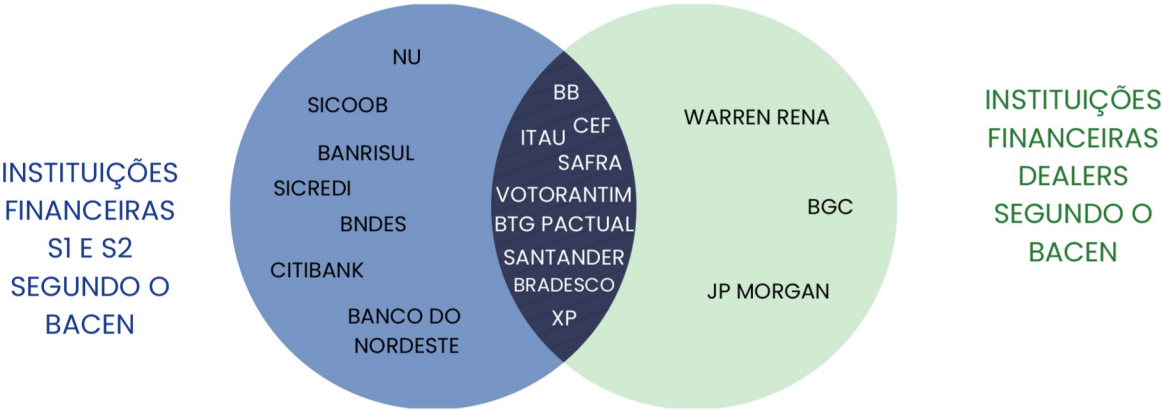
IF	SEGMENTO	IF	SEGMENTO
BB	S1	BCO SICREDI	S2
BRADESCO	S1	BCO DO NORDESTE	S2
BTG PACTUAL	S1	BNDES	S2
CEF	S1	CITIBANK	S2
ITAÚ	S1	NU PAGAMENTOS	S2
SANTANDER	S1	SAFRA	S2
BANCO SICOOB	S2	VOTORANTIM	S2
BANRISUL	S2	XP	S2

As Tabelas 11 e 12 apresentam os critérios utilizados pela GOIASPREV para garantir maior segurança na seleção das instituições financeiras aptas a negociar títulos públicos. A Tabela 12 relaciona as instituições classificadas nos segmentos S1 e S2, que representam bancos de maior porte e relevância no sistema financeiro nacional, sendo utilizadas como referência para mitigação de risco de crédito. A Tabela 12 nos mostra quais instituições financeiras são enquadradas como S1 e S2 segundo o Banco Central. Já a Tabela 13 mostra as instituições, que segundo o Banco Central estão credenciadas a operar com o Departamento de Operações do Mercado Aberto (DEMAB). O interesse da análise está na intersecção entre essas duas informações, presente no gráfico 9 abaixo.

TABELA 13 - TABELA DE INSTITUIÇÕES CREDENCIADAS
COMO DEALERS PELO BANCO CENTRAL

INSTITUIÇÕES CREDENCIADAS A OPERAR COM O DEMAB	
BANCO BRADESCO S.A.	ITAÚ UNIBANCO S.A.
BANCO BTG PACTUAL S.A.	WARREN RENA DTVM LTDA.
BANCO J. P. MORGAN S.A.	XP ICCTVM S.A.
BANCO SAFRA S.A.	BGC LIQUIDEZ DTVM LTDA.
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
BANCO VOTORANTIM S.A.	BANCO DO BRASIL

GRÁFICO 9 - INTERSECÇÃO ENTRE INSTITUIÇÕES S1 E S2 COM OS
DEALERS



ACOMPANHAMENTO DOS RISCOS

O monitoramento dos riscos da carteira é realizado a partir de indicadores que permitem avaliar a exposição aos riscos de mercado e a compatibilidade entre o comportamento dos investimentos e os objetivos específicos de cada subcarteira. Nesse contexto, a interpretação dos indicadores deve considerar a natureza econômica de cada estratégia, uma vez que a Subcarteira de Liquidez e Estabilidade possui como objetivo central a estabilidade e a aderência aos seus referenciais, enquanto a Subcarteira de Risco admite maior volatilidade em busca de retorno adicional.

Na Subcarteira de Liquidez e Estabilidade, o tracking error registrado foi de 1,1239% no mês e 11,5634% no horizonte de 12 meses. O indicador evidencia a dispersão dos retornos dos ativos em relação aos respectivos benchmarks e, de forma geral, permanece compatível com a diversidade de estratégias presentes na subcarteira. Os fundos com estratégias predominantemente atreladas ao CDI e à renda fixa de curto prazo apresentaram Tracking Errors reduzidos, destacando-se o BB Prev Fluxo Simples, a Caixa Aliança TP, o BB Referenciado DI TP, o BTG Pactual Tesouro Selic Simples e o Caixa Topázio Corporativo.

Em contrapartida, os maiores níveis de tracking error concentram-se nos ativos com maior sensibilidade às oscilações da estrutura a termo das taxas de juros. Destacam-se o BB Prev RF IRF-M1+, com 9,7858% no mês e 187,9133% em 12 meses, e o BB Prev RF TP Vértice 2030, com 8,1758% e 141,4298%, respectivamente. Também se observam níveis mais elevados nos fundos vinculados ao IMA-B 5. Esse comportamento é compatível com a natureza desses investimentos, uma vez que ativos de maior duration e maior exposição à marcação a mercado tendem a apresentar maior dispersão em relação aos seus benchmarks diante de alterações nas expectativas para a trajetória dos juros.

A distribuição do tracking error evidencia, portanto, que a principal fonte de variabilidade relativa dentro da Subcarteira de Liquidez e Estabilidade não está concentrada nos ativos de liquidez imediata, mas nas estratégias que incorporam maior risco de mercado associado à curva de juros. Essa distinção é relevante para a gestão, pois demonstra que a exposição adicional observada decorre de características específicas dos ativos e não de uma deterioração generalizada da estabilidade da subcarteira.

Na Subcarteira de Risco, os indicadores de risco-retorno apresentaram melhora em relação à leitura de curto prazo observada anteriormente, embora ainda recomendem cautela. O índice de Sharpe foi de -0,2111 no mês e de 0,4229 no horizonte de 12 meses. O resultado mensal negativo indica que, no período, o retorno obtido não foi suficiente para compensar a taxa livre de risco e a volatilidade assumida. Entretanto, o Sharpe positivo no horizonte de 12 meses demonstra que, em uma perspectiva mais ampla, a relação entre retorno e risco apresenta

resultado mais equilibrado. A análise individual dos fundos revela diferenças importantes entre as estratégias. O Caixa FIA Eletrobras apresentou Sharpe mensal de 0,3697 e de 1,6934 em 12 meses, configurando o melhor desempenho relativo da subcarteira sob a ótica de retorno ajustado ao risco. O BB Ações Governança registrou Sharpe de -0,5109 no mês e 0,4653 em 12 meses, enquanto o Caixa Brasil Ações Livre apresentou -0,7516 e -0,2108, respectivamente. Dessa forma, a leitura dos indicadores sugere que o desempenho recente da renda variável foi heterogêneo, com diferenças relevantes na eficiência de cada estratégia em transformar risco assumido em retorno.

O Value at Risk (VaR) complementa essa avaliação ao estimar a magnitude das perdas potenciais em condições normais de mercado, para o horizonte e nível de confiança adotados na metodologia. A Subcarteira de Risco apresentou VaR de -8,0919% no mês e -30,5067% em 12 meses. O resultado mensal representa uma redução da perda potencial estimada em relação ao período anterior, indicando menor intensidade do risco de perda no curto prazo. No horizonte de 12 meses, contudo, o VaR permanece elevado, evidenciando que a carteira ainda carrega exposição relevante à volatilidade do mercado acionário.

Entre os ativos, o Caixa FIA Eletrobras apresentou VaR mensal de -12,0627% e de -44,5934% em 12 meses, enquanto o BB Ações Governança registrou -7,0586% e -26,4621%, respectivamente. O Caixa Brasil Ações Livre apresentou VaR de -9,4793% no mês e -36,2521% em 12 meses. Os dados demonstram que o risco potencial não se distribui de forma homogênea entre os fundos, sendo particularmente elevado nos ativos com maior sensibilidade às oscilações específicas de mercado e aos fatores setoriais.

Em síntese, os indicadores de junho evidenciam uma carteira com perfis de risco distintos e coerentes com a estrutura de subcarteiras adotada. Na Subcarteira de Liquidez e Estabilidade, os maiores desvios em relação aos benchmarks estão concentrados em estratégias com maior sensibilidade à curva de juros, enquanto os ativos de liquidez imediata apresentam comportamento mais aderente aos seus referenciais. Na Subcarteira de Risco, observa-se melhora da relação risco-retorno em uma perspectiva de 12 meses, embora o resultado mensal do índice de Sharpe e o nível ainda elevado do VaR de longo prazo recomendem o acompanhamento contínuo da exposição à renda variável. Dessa forma, a estrutura de risco permanece compatível com a estratégia de diversificação adotada, mas evidencia a necessidade de monitoramento permanente dos efeitos da volatilidade dos juros e do mercado acionário sobre o desempenho da carteira.

TABELA 14 - TRACKING ERROR DA SUBCARTEIRA DE LIQUIDEZ E ESTABILIDADE

Tracking Error		JUNHO	12 MESES
Subcarteira de Liquidez e Estabilidade		1,1239%	11,5634%
↳	BB PREV FLUXO FIC FIF RL	0,0319%	0,7547%
↳	CAIXA ALIANÇA TP	0,0389%	0,5100%
↳	BB REF DI TP	0,0495%	0,7662%
↳	CAIXA BRASIL IMA-B 5 TP FI LP	3,7319%	36,6712%
↳	BB PREV RF IMA-B 5 LP FIC FI	3,7033%	36,3357%
↳	BB PREV DI LP PERFIL FIC	0,1008%	1,1798%
↳	BTG PACTUAL SELIC S FIF RF	0,0502%	0,8250%
↳	CAIXA TOPÁZIO CORPORATIVO	0,0503%	0,8720%
↳	CAIXA BRASIL MATRIZ FI RF	0,0869%	1,8535%
↳	CAIXA BRASIL TP FI RF LP	0,1066%	2,1911%
↳	CAIXA BRASIL IRF-M 1	0,4884%	6,2109%
↳	BB PREV RF IRF-M1 TP	0,4852%	6,1606%
↳	BB PREV RF TP VÉRTICE 2027	1,4152%	18,7042%
↳	LTN 01.04.2027	1,5225%	27,9378%
↳	BB PREV RF TP VÉRTICE 2030	8,1758%	141,4298%
↳	BB PREV RF IRF-M1+	9,7858%	187,9133%

O Tracking Error da Subcarteira de Liquidez e Estabilidade foi de 1,1239% no mês de junho e 11,5634% no acumulado de 12 meses, refletindo o grau de dispersão dos retornos dos ativos em relação aos seus respectivos índices de referência. Os resultados indicam que, de forma agregada, a subcarteira manteve baixa divergência em relação aos benchmarks, característica compatível com uma estratégia voltada à preservação do capital, liquidez e estabilidade dos investimentos.

Os fundos com estratégia atrelada ao CDI, SELIC e índices de curto prazo apresentaram os menores níveis de Tracking Error, evidenciando elevada aderência aos seus benchmarks e reduzida variabilidade dos retornos. Destacam-se o BB Prev Fluxo FIC FI RF (0,0319% no mês e 0,7547% em 12 meses), Caixa Aliança Títulos Públicos (0,0389% e 0,5100%), BB Referenciado DI TP (0,0495% e 0,7662%), BTG Pactual Selic (0,0502% e 0,8250%) e Caixa Topázio Corporativo (0,0503% e 0,8720%), cujos resultados demonstram comportamento bastante alinhado aos respectivos índices de referência.

Por sua vez, os fundos indexados ao IMA-B 5 apresentaram Tracking Error de aproximadamente 3,7% no mês e 36% no acumulado de 12 meses, refletindo a maior volatilidade decorrente da marcação a mercado dos títulos públicos indexados à inflação e da sensibilidade às oscilações das taxas de juros reais.

Os maiores níveis de Tracking Error concentraram-se nas estratégias com maior duration e exposição aos movimentos da curva de juros. Destacam-se o BB Prev RF IRF-M1+, que registrou 9,7858% no mês e 187,9133% em 12 meses, o BB Prev RF TP Vértice 2030, com 8,1758% e 141,4298%, respectivamente, além da LTN com vencimento em 01/04/2027 (1,5225% no mês e 27,9378% em 12 meses) e do BB Prev RF TP Vértice 2027 (1,4152% no mês e 18,7042% em 12 meses). Esses resultados refletem a maior sensibilidade desses ativos às oscilações das taxas de juros e aos efeitos da marcação a mercado, características inerentes aos títulos públicos de médio e longo prazo.

De forma geral, os resultados observados evidenciam que a maior parte da subcarteira manteve comportamento consistente com seus respectivos benchmarks, enquanto os maiores desvios permaneceram concentrados nos ativos de prazo mais longo e maior volatilidade. Esse comportamento é esperado para estratégias com maior duration, cujos preços tendem a responder de forma mais intensa às mudanças nas expectativas para a trajetória dos juros. Assim, o Tracking Error observado permanece compatível com a composição da carteira e com a estratégia de investimentos adotada pelo Fundo Previdenciário, conciliando ativos de baixa volatilidade com posições voltadas à obtenção de maior rentabilidade no longo prazo.

TABELA 15 - ÍNDICE SHARPE E VaR DA SUBCARTEIRA DE RISCO

Índice Sharpe		JUNHO	12 MESES
Subcarteira - Risco		-0,2111%	0,4229%
↳	CX BR ELETROBRAS	0,3697%	1,6934%
↳	BB AÇÕES GOVERNANÇA	-0,5109%	0,4653%
↳	CX BR AÇÕES LIVRE - AÇÕES	-0,7516%	-0,2108%

VaR		JUNHO	12 MESES
Subcarteira - Risco		-8,0919%	-30,5067%
↳	BB AÇÕES GOVERNANÇA IS	-7,0586%	-26,4621%
↳	CX BR AÇÕES LIVRE - AÇÕES	-9,4793%	-36,2521%
↳	CX BR ELETROBRAS	-12,0627%	-44,5934%

Tabela 15 - Em junho, o Índice Sharpe da Subcarteira de Risco — que mede o quanto de retorno a subcarteira entrega para cada unidade de risco assumido — ficou negativo, em -0,2111%, indicando que o risco corrido no mês não foi compensado por retorno adequado. A Caixa Ações Livre (-0,7516%) e o BB Ações Governança (-0,5109%) puxaram esse resultado para baixo, enquanto a Caixa FIA Eletrobras foi o único ativo com relação risco-retorno positiva (0,3697%). No acumulado de 12 meses, porém, o indicador da subcarteira segue positivo, em 0,4229%, mostrando que o resultado negativo de junho foi pontual. Já o VaR (Value at Risk) estima a perda máxima esperada em condições normais de mercado. Em junho, esse valor foi de -8,0919% para a subcarteira, com a Caixa Eletrobras concentrando o maior risco (-12,0627%), seguida da Caixa Ações Livre (-9,4793%) e do BB Ações Governança (-7,0586%). No acumulado de 12 meses, o VaR foi de -30,5067%, refletindo a maior volatilidade observada nesse período mais longo.

TABELA 16 - MARGEM SOBRE A META ATUARIAL DA CARTEIRA CONSOLIDADA

Margem sobre a Meta Atuarial	JUNHO	2026
CARTEIRA CONSOLIDADA	61,8089%	6,8253%

Tabela 16 - A Carteira Consolidada apresentou, em junho, margem de 61,8089% em relação à meta atuarial — ou seja, a rentabilidade do mês superou com folga o retorno mínimo exigido pelo regime para cumprir seus compromissos futuros. No acumulado de 2026, essa margem é de 6,8253%, confirmando que, mesmo considerando todo o período, a carteira vem entregando resultado consistentemente acima do parâmetro atuarial necessário para a sustentabilidade do plano.

TABELA 17 - RATING DAS AGÊNCIAS CLASSIFICADORAS E GINV

GINV	Fitch	S&P	Moody's	Score	
AAA	AAA	AAA	Aaa		Grau de investimento
AA	AA	AA	Aa		
A	A	A	A		
BBB	BBB	BBB	Baa		Grau especulativo
BB	BB	BB	Ba		
B	B	B	B		
CCC	CCC	CCC	Caa		
CC	CC	CC	Ca		
C	C	C			
RD	RD	D	C		
D	D				

TABELA 18 - PROPORÇÃO DOS PAPEIS QUE CONSTITUEM OS FUNDOS POR RATING

FUNDO	AAA	AA	BBB	TOTAL
CAIXA BRASIL MATRIZ FIF RENDA FIXA	15,96%	17,68%	3,52%	37,16%
CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP	14,84%	17,16%	2,57%	34,57%

As tabelas apresentadas consolidam as classificações de risco de crédito atribuídas pelas principais agências internacionais. A partir desses referenciais amplamente utilizados pelo mercado, foi estruturado um padrão interno denominado GINV, que permite padronizar a análise e facilitar a mensuração do risco de crédito no âmbito da carteira.

As faixas compreendidas entre AAA e A representam o grau elevado de qualidade de crédito, também conhecido como grau de investimento, indicando emissores com elevada capacidade de honrar seus compromissos financeiros. A categoria BBB ainda integra o grau de investimento, embora represente o limite inferior dessa classificação. Abaixo desse patamar, iniciam-se as categorias BB e B, enquadradas como grau especulativo, caracterizadas por maior sensibilidade a condições econômicas adversas. As classificações CCC, CC e C indicam grau baixo de qualidade de crédito ou situação extremamente especulativa, enquanto os níveis RD e D representam situação de moratória ou default.

Importante destacar que o rating é aplicado exclusivamente aos fundos que detenham ativos com risco de crédito privado, uma vez que títulos públicos federais estão sujeitos ao risco soberano e não demandam avaliação individualizada de crédito privado. No âmbito da GOIASPREV, essa metodologia é utilizada especificamente para os fundos CAIXA BRASIL MATRIZ RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA e CAIXA BRASIL RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP, por apresentarem em sua composição ativos emitidos por instituições financeiras ou empresas privadas. Ambos os fundos possuem exposição a risco de crédito em aproximadamente 35% dos papéis, em que a maior composição é dada pelos títulos com AA (aprox. 17%), seguida dos títulos AAA (aprox. 15%) e, por último, os títulos com menor proporção nos fundos são aqueles classificados como BBB (aprox. 3%). Isso demonstra que os fundos possuem papéis mais seguros, confirmando a posição conservadora da GOIASPREV.

SUSTENTABILIDADE - ESG

O monitoramento dos riscos Ambientais, Sociais e de Governança (ASG ou ESG) fundamenta-se nas obrigações estabelecidas pela Resolução CMN nº 5.272/2025, que exige que o gestor de RPPS monitore riscos inerentes a cada operação, incluindo os aspectos de sustentabilidade quando materiais e relevantes.

Dada a recente implementação dessas diretrizes, observa-se que o setor ainda não definiu uma abordagem uniforme de monitoramento. Contudo, órgãos de fiscalização e controle, notadamente a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), já demonstram a centralidade do tema. Destaca-se a alteração da Resolução CVM nº 193/2023 pela Resolução CVM nº 227/2025. Até então, a elaboração de relatórios de sustentabilidade era voluntária, seguindo o padrão internacional do International Sustainability Standards Board (ISSB).

Com a nova resolução, estabeleceu-se a obrigatoriedade de elaboração e divulgação do Relatório de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade, com base nas normas do Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS). O cronograma define o seguinte marco:

partir de 01/01/2026 - Tornou-se obrigatória a divulgação de relatórios financeiros de sustentabilidade por empresas de capital aberto através da CVM nº 193/2023, contudo tal normativo foi revogado em 29/05/2026 pela CVM 244/2026

Portanto, compreende-se que o monitoramento pleno desses eventos e informações ainda enfrenta a escassez de dados padronizados, visto que as companhias abertas que estavam em fase de adaptação e ainda não disponibilizaram os referidos relatórios sob o novo rito, agora retornam para o caráter de publicação facultativo. O agente regulador que antes se movimenta para padronizar as informações que serão produzidas por meio do Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS/CVM).

A Goiás Previdência (GOIASPREV), cabe aguardar a emissão dessas informações, bem como acompanhar os comunicados e pareceres do Comitê de Sustentabilidade, visando compreender os movimentos do mercado e selecionar os indicadores que serão integrados à análise de risco da carteira.

CONTROLE DE ATIVIDADES

	Relatório de Investimentos	Observações
Enquadramento legal e à Política de Investimentos	Tabela 3 (pag. 14) Tabela 4 (pag. 15)	
Desenquadramentos e medidas corretivas		Não houve desenquadramentos
Risco de mercado (retorno, volatilidade, VaR, tracking Error e Índice Sharpe	Tabela 14 (pag. 30) Tabela 15 (pag. 31)	
Risco de crédito (exposição e concentração)	Tabela 17 (pag. 32)	
Análise consolidada de riscos	Tabela 16 (pag. 31)	
Levantamento e monitoramento de custos	Tabela 8 (pag. 21)	
Avaliação do impacto dos custos	Tabela 8 (pag. 21)	
Credenciamento de Instituições Financeiras	Tabela 11 (pag. 27)	
Monitoramento contínuo de credenciados	Tabela 10 e 11 (pag. 26 e 27)	
Monitoramento dos fundos em exposição ao Exterior		Não há aplicações em fundos estrangeiros
ESG na gestão de Investimento do RPPS	Página 33	

Goiás Previdência

COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Gilvan Cândido da Silva

Presidente

Marcos Medeiros da Silva

Diretor de Gestão Integrada

Adriana Jesus Silva Batista

Gerente de Contabilidade

Antonio Francisco Craveiro Portela

Gerente de Investimento

Ricardo Mendes

Gestor de Finanças e Controle - CGE



**Conheça a Política
de Investimentos**

Diretoria de Gestão de Ativos e Passivos

Leonardo Lúcio Barbosa Ferreira

Diretor de Gestão de Ativos e Passivos

Liah de Deus Coutinho

Analista Administrativa

Gerência de Investimentos

Antonio Francisco Craveiro Portela

Gerente de Investimentos

Sirlene Najar de Avila Teles

Assessora de Investimentos

Paulo José Paiva Guimarães

Analista de Investimentos

Oliveira Gomes de Sousa Junior

Assistente de Investimentos

Ana Paula dos Santos Torres

Analista de Investimentos